MUNICÍPIO DE ARGANIL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta n.º 01

Sessão Ordinária

da

Assembleia Municipal

realizada

em

27 de Fevereiro de 2010

ACTA N.º1

--------Ao vigésimo sétimo dia do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dez, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu pelas dez horas a Assembleia Municipal de Arganil, sob a presidência do Senhor Luís Filipe Soares Quaresma, secretariado pelas Senhoras Deputadas Isabel Maria de Jesus Carvalho e Sandra Margarida Pedroso Dias na qualidade de 1º e 2º Secretário, respectivamente. ----------

----- Seguidamente o 2º Secretário procedeu à chamada nominal tendo respondido os seguintes elementos: ---

SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS ELEITOS

-------- Luis Filipe Soares Quaresma, João Pedro Travassos Carvalho Pimentel, Manuel Augusto Simões Rodrigues, Luis da Silva Moreira Gomes, Eugénio Tavares Fróis, Fernanda Maria de Almeida Figueiredo Dias, Paulo Emanuel de Paiva Soares, João António Alvoeiro Duarte, Luis Miguel das Neves Campos Almeida, Carla Maria Travassos Rodrigues, Maria José das Neves Fernandes Silva, Rui Martins Portugal, Maria Armanda de Paiva Ventura Gomes Miranda e Érica Geraldes Castanheira. ----------

---------- ----------

SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS COM ASSENTO

Paulo Jorge Marques Amaral, João António Travassos Nunes, Alfredo Oliveira Gonçalves Martins, Maria do Rosário Gomes Oliveira, Etelvina Nunes dos Santos, Adelino Antunes de Almeida, João Manuel Rodrigues de Oliveira, Manuel Alberto Saraiva Ribeiro, Arménio Lopes da Costa, José da Conceição Lopes, Amândio Fernandes Dinis, Maria da Graça dos Prazeres Ferreira Lopes, Rui Miguel Santos Almeida Franco, Fernando Ferreira Simões, António Souto Carvalho, José António Gomes Costa e Cidalina Maria Ramos Lourenço Antunes.----------

--------Também estavam presentes o Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves e os Senhores Vereadores: Avelino Pedroso, Luís Paulo Costa, António Cardoso, Paula Inês Moreira Dinis, Rui Miguel da Silva e Eduardo Miguel Ventura. ----------

--------**O 2º Secretário** informou que, o Sr. Presidente da Mesa, Dr. Dias Ferreira e o Sr. 2º Secretário da Mesa, Mário Pereira Gonçalves, se encontravam ausentes por motivos de doença, e o Sr. Deputado Municipal Mário Simões Cardoso do Vale por motivos pessoais. ----------

--------O **Sr. Deputado Eugénio Fróis**, usou da palavra para justificar a ausência do Sr. Presidente da Junta de Barril de Alva, que por motivos da intempérie não pode estar presente, assim como o Sr. Deputado Municipal, António Barata, que não pode estar presente por motivos de doença ----------

--------Antes de se entrar no Período Antes da Ordem do Dia, foi dada a palavra ao munícipe **João Pedro Portugal,** que após cumprimentar todos os presentes, referiu o motivo da sua presença estar relacionada com a sessão do Fórum Turismo para o concelho de Arganil. ----------

--------Referiu, que depois de ouvir com o que foi explanado no referido Fórum e depois de ver o CD e os papeis que foram entregues, ter constatado que mais uma vez a Freguesia de S. Martinho da Cortiça, foi esquecida.------

--------Salientou, não estar contra o alto concelho, mas haver de facto uma certa preponderância nos estudos que vão sendo feitos, no esquecimento ou no desleixo em relação à Freguesia de S. Martinho da Cortiça. Referiu ainda, que espera que no Plano que agora venha a ser executado, a Freguesia de S. Martinho da Cortiça não seja posta à margem, uma Freguesia que é rica no espelho de água e a jusante da sua barragem, ter a maior zona pesqueira da truta da Europa e isso não poder passar em claro.----------

-------- Terminou este ponto, lamentando que neste estudo o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, não tenha sido contactado, para saber alguma coisa que a Freguesia pudesse oferecer para esse mesmo estudo. Várias Juntas foram contactadas, e mais uma vez a Junta de S. Martinho ficou ao lado. ----------

-------- No segundo ponto, referiu o Projecto Limpar Portugal. Referiu então, que a Freguesia de S. Martinho da Cortiça está mobilizado e com o apoio da Junta Freguesia, com o grupo de cidadãos que com toda a sua energia, têm uma boa coordenação e uma boa equipa, tendo já detectado muitas lixeiras na Freguesia. ----------

--------Continuou, agradecendo ao Sr. Presidente da Junta Rui Franco, no apoio dado, lamentando no entanto, que numa reunião que tiveram pelo Coordenador Concelhio, aqui em Arganil na Biblioteca Municipal, ver o alheamento total quase do concelho, estando apenas representadas as Freguesia de S. Martinho da Cortiça, de Arganil e Pombeiro da Beira. Não compreende muito bem, se nas outras Freguesia não há lixeiras, achando que só querem asfalto. ----------

--------Disse ainda, " *o próprio executivo não se fez representar numa obra, num projecto de cidadania em que as pessoas estão de livre vontade para ajudar a limpar as lixeiras, que vão sendo feitas no nosso País. Fiquei bastante decepcionado, que o nosso executivo, mandou duas funcionárias, mas acho que o executivo com cinco elementos, não se fariam representar num acto digno de cidadania dos Portugueses, que é ajudar a limpar. Se conseguirmos limpar, que seja 50% das lixeiras a nível do concelho de Arganil, não estamos a poupar dinheiro ao Município de Arganil? Será que os Srs. Presidentes das Juntas e o executivo do Município de Arganil, não está sensibilizado para o ambiente* "?----------

--------Terminou, deixando no ar estas perguntas, referindo ainda, ser este um ponto que o sensibiliza e deixa muito triste. ----------

--------O **Sr. Presidente da Assembleia em exercício,** referiu, em o objectivo da intervenção do público, visar na colocação de pedido de esclarecimentos e caso o Sr. João Pedro queira exercer esse direito, que refira que esclarecimentos é que pretende do executivo.----------

------- Interveio o Munícipe **João Pedro Portugal**, referindo que gostaria que o Executivo estivesse em sintonia com o Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça no caso do Fórum Turismo. Quanto ao projecto Limpar Portugal, gostava que o executivo fizesse chegar aos munícipes do Concelho de Arganil algo que os sensibilizasse para este movimento de cidadania.

--------O **Sr. Presidente da Câmara**, após cumprimentar todos os presentes, referiu ao Sr. João Pedro Portugal, que relativamente ao Plano Estratégico para o Turismo, dizer que o Sr. Presidente da Junta de S. Martinho da Cortiça, quer pela intervenção que fez no Fórum, quer também na intervenção feita por ofício, em que colocou algumas questões relacionadas não só com o plano estratégico para o turismo, que revela criticas e sugestões relativamente a esse plano e também relativamente à questão do Plano Ordenamento da Albufeira das Fronhas e concretamente ao investimento nele previstos. ----------

--------Continuou, dizendo " *de qualquer forma um plano estratégico determina e desenvolve as grandes linhas estratégicas de actuação no nosso concelho em termos turísticos e nele estão elencados quatro cursos turísticos fundamentais: sendo o primeiro o Vale do Alva, o Vale do Ceira e a Serra do Açor. No Vale do Alva consideramos todo o percurso do Alva, incluindo naturalmente a Barragem das Fronhas. Depois temos o eixo Arganil/Coja, o eixo Piódão/Benfeita e finalmente outro percurso turístico, que é ligado aos eventos e muito em particular são propostos dois eventos de dimensão nacional, como sejam o congresso da pastelaria e um evento na área do desporto automóvel*". ----------

--------Relativamente à questão concreta das Fronhas, referiu serem desenvolvidas acima de tudo duas medidas, uma a pista de pesca desportiva e também o turismo de aventura é uma das matérias trabalhada no plano estratégico. ----------

--------Salientou, que um plano tem que ser construído a partir da procura e não a partir da oferta, pois da oferta, sabemos exactamente todas as nossas, tudo aquilo que temos para dar resposta aos turistas, mas temos que construí-la a partir da procura e portanto aí que este plano é um plano estratégico e portanto todas as iniciativas que nele forem desenvolvidas, no sentido de concretizar os objectivos, são iniciativas que têm todo o cabimento neste plano.----------

--------Relativamente á Freguesia de S. Martinho da Cortiça, referiu haver o projecto da VUMBA, que é um projecto de turismo associado à questão da agricultura biológica por exemplo, podendo ser altamente relevante para o desenvolvimento turístico do nosso concelho, assim como também, mais recentemente o Sr. Presidente da Junta transmitiu, no percurso pedestre. Há uma percurso pedestre á beira do Rio Alva, que pode ser um elemento fundamental de desenvolvimento turístico numa área, em que cada vez mais pessoas o procuram.----------

--------Continuou, referindo outros projectos, um dos quais, como é do conhecimento público está em estudo de impacto ambiental, que é um projecto de um Aldeamento Turístico e que faz todo o sentido que possa ser desenvolvido. Para além disso, referiu haver mais um conjunto de oportunidades, designadamente na área da gastronomia, vinhos e particularmente a Freguesia de S. Martinho da Cortiça, é das Freguesias que está incluída na região demarcada do Dão e pode aí dar contributo para o concelho. ----------

--------Conclui este ponto, dizendo" *temos um plano estratégico, que aponta as grandes linhas de orientação, agora as acções concretas, essas naturalmente não constam no plano estratégico que têm a ver mais com um plano operacional de desenvolvimento de acções que concorrem para concretizar os objectivos desse plano e algumas das quais acabei de enunciar*".----------

--------Relativamente ao projecto limpar Portugal, referiu não poder deixar aqui de exercer a defesa dos Srs. Presidentes da Junta e a própria defesa do executivo. Disse ainda, "*o Sr. João Pedro já foi Presidente da Junta e, provavelmente, na altura em que o foi as preocupações ambientais não tinham tanto este enfoque, provavelmente não teria as mesmas preocupações que tem hoje, enfim, é um sinal de evolução, mas não deixo de registar isso, agora a Câmara Municipal está empenhada neste processo, é um movimento cívico de facto que se está a desenvolver, é esse o espírito do projecto, o projecto Limpar Portugal*".----------

-------- Referiu, que têm sido desenvolvidos contactos com um grupo coordenador, a Câmara Municipal mais empenhada do que aparecer como cara do projecto, porque acha que estes projectos de natureza cívica, devem ser sobretudo, valorizar aquilo que é a acção dos cidadãos. Disse ainda, " *estamos empenhados em dar todo o apoio logístico, para que as coisas no dia 20 de Março corram bem*". ----------

--------Salientou, uma reunião que houve com as Juntas de Freguesia, onde se falou neste assunto, estando a maioria das Freguesias empenhadas em dar o seu contributo, tanto ao nível local, para que tudo corra bem. ------

-------- Concluiu, devolvendo ao munícipe João Pedro a critica dirigida. Salientou o empenhamento quer da Câmara, quer das Juntas de Freguesia estão a desenvolver e disse ainda " *acho que considerações como as que fez, relativamente às opções estratégicas de cada Freguesia e de cada Presidente de Junta, as populações julgam de quatro em quarto anos, aquilo que é o trabalho das Juntas de Freguesia e portanto, não precisam de recados dessa natureza*".----------

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1- Leitura do expediente ----------

--------Não havendo nada de relevante na correspondência que deu entrada até à presente data, passou-se para o ponto número dois.

--------**2 - Assuntos de Interesse para o Município.**----------

--------Usou da palavra o **Sr. José Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Piódão** que depois de cumprimentar todos os presentes, referiu em primeiro lugar a proposta de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. José dos Santos Gaspar, eis membro desta Assembleia Municipal e Presidente da Junta Freguesia de Piódão durante oito anos.----------

-------- Referiu, que a Freguesia do Piódão está-lhe eternamente grata, pelo trabalho desenvolvido durante este tempo que presidiu à junta, querendo sempre o melhor para a sua terra e Freguesia. Propôs, que fosse guardado um minuto de silêncio, em sua memória. ----------

--------O **Sr. Presidente da Assembleia em exercício,** propôs à Assembleia, se prenuncie sobre a proposta do Sr. Presidente da Junta do Piódão, sobre o voto de pesar com um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. José dos Santos Gaspar. ----------

-------- Interveio o Sr. **Deputado Eugénio Fróis,** para referir, estar absolutamente de acordo com a proposta feita pelo Sr. Presidente da Junta do Piódão que se antecipou e bem e dizer que todos comungam dessa ideia, manifestando esse sinal de reconhecimento pela memória de José dos Santos Gaspar. ----------

--------O **Sr. Presidente da Assembleia em exercício** referiu a proposta ser aprovada por unanimidade, fazendo-se então um minuto de silencio. ----------

-------- Referiu depois, que há minutos que nos parecem longos, mas são demasiado curtos, para homenagear as pessoas que dele beneficiam e tentamos honrar com isso. ----------

--------Foi dada a palavra novamente ao Sr. **Sr. José Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Piódão,** que referiu como segundo assunto, a sensibilidade da Câmara Municipal para a compra do equipamento Limpa Neves, se possível em parceria com outros Municípios vizinhos, Pampilhosa da Serra, Góis e Oliveira do Hospital. -

-------- Referiu, pensar que todos estes concelhos estão integrados na ADESA, por isso e a exemplo daquilo que tem sido feito, na aquisição doutras máquinas, também este equipamento podia ser requerido através da associação. ----------

--------Continuou, referindo estes últimos Invernos terem sido bastante rigorosos, com a neve a fustigar as aldeias mais altas dos Concelhos atrás citados, deixando-as isoladas e quando isso acontece, cada Municipio no seu território, na falta de outros meios para limpar a neve, utilizam as moto niveladoras, que ao limparem a neve limpam ao mesmo tempo o alcatrão, deixando o piso bastante degradado, o que não era desejável. ----------

--------Referiu ainda, se o turismo vem à procura de neve no Inverno para a Serra da Estrela, gostava de vir ao Piódão e ver o Piódão coberto de neve, assim como as aldeias do alto concelho. ----------

-------- Como último assunto, referiu a questão da saúde na Freguesia do Piódão e nas Freguesias também do alto concelho, principalmente, aqueles que estão mais longe da sede do concelho e mais desfavorecidas, uma população envelhecida, cada vez com maiores dificuldades a ter aceso aos cuidados de saúde. ----------

-------- Salientou, que através da comunicação social, se tem apercebido da existência de unidades móveis de saúde a percorrer algumas regiões, nomeadamente a norte no alto Douro e no alto Minho, porque não pensar nesta região, implementar essa medida? As pessoas iriam agradecer, seria uma boa medida, em vez das pessoas idosas e com dificuldade e reformas baixas, terem que se deslocar, às vezes para mudar um simples penso têm que vir a Coja ou a Arganil. ----------

--------Terminou, referindo ter chegado algumas reclamações de pessoas que saíram das suas aldeias, da Freguesia do Piódão e doutras aldeias das Freguesias vizinhas, que foram à procura de melhores dias, de melhor vida, conseguiram adquirir alguns meios, construíram uma boa habitação na sua aldeia natal, gostariam de

regressar, é essa a sua intenção de quando estivessem reformados deslocarem-se para lá e permanecer lá, mas a família não os deixam, principalmente porque na questão da saúde, ali ficam desprotegidos, os cuidados de saúde são muito difíceis e eles sentem-se muito tristes por isso acontecer. ----------

--------Concluiu, referindo deixar este alerta, para que alguém de direito, tomasse medidas concretas e melhorasse neste aspecto que os aflige bastante.----------

--------A **Sr.ª Deputada Maria José Silva**, interveio e após cumprimentar todos os presentes, voltou ao assunto do Fórum Turismo. Felicitou o Município por esta iniciativa, que foi válida por vários motivos. ----------

--------Referiu, que em primeiro lugar, não só o Fórum mas o próprio plano estratégico é válido, porque congrega atenções de todos no turismo, que é uma área económica, que nos interessa muito desenvolver. Referiu ainda, que como todos sabemos, o turismo a par com as energias renováveis, são as duas indústrias que têm ainda alguma potencialidade de desenvolvimento. Por outro lado, foi válido porque promoveu a discussão acerca destas grandes linhas orientadoras do plano e foi válida também, porque permitiu ver, que o Município está interessado em desenvolver o turismo em bases sólidas, apoiado em dados concretos e numa perspectiva de seguir as tendências da procura e não da oferta turística. ----------

--------Continuou, dizendo " *nós não nos podemos esquecer, que o turismo é uma indústria que se rege por regras de concorrência e portanto o nosso Município ao apresentar e ao ter um plano estratégico, estará em muitas melhores condições de desenvolver o turismo, face a outros que não sigam e que não tenham qualquer plano estratégico. Está na hora de abandonarmos práticas amadoras e medidas avulso, se queremos ter sucesso nesta área do turismo, a marca Arganil, só se imporá se for resultado de uma estratégia conjunta e não, se cada uma defender a sua vila, a sua aldeia*". ----------

--------Salientou, que como todos sabemos, a marca Piódão e Benfeita, são aquelas que são mais conhecidas e estaremos fartos de ouvir sempre Piódão, sempre Benfeita, mas não nos podemos esquecer, que estas marcas demoraram muito tempo a impor-se no mercado e que podem funcionar como alavancas para outros que venham depois. Portanto Piódão e Benfeita, que neste momento são as marcas que mais levam o nome de Arganil, quer para outros pontos de Portugal, quer para o estrangeiro e importa continuar a defende-los nestes mercados.------

-------- Terminou, referindo que neste sentido, chama a atenção de todos os agentes económicos, todos os Autarcas, para a necessidade de pôr em marcha este plano, não esquecendo que ele deve ser integrado no PDM e nos planos específicos de ordenamento do concelho e chamar também a atenção de todos os agentes económicos, para a importância de pôr em marcha a casa do empreendorismo turístico, no sentido de congregar, chamar todos aqueles que possam ter ideias nesta área do turismo, de ter ali um apoio para os desenvolver.------

--------O **Sr. Deputado Eugénio Fróis**, começou em primeiro lugar por se congratular pelo local dado aos Vereadores da oposição. ----------

--------Em segundo lugar, referiu-se ao Fórum Turismo, em que não foi possível estar presente, como era seu desejo. No entanto, entende que deve dar o seu contributo, tendo pena que ele não seja numa cor tão alegre, como pincelou a deputada Mª José.----------

--------Começou, por referir que conhece bem o empenho com que o Presidente da Junta da sua Freguesia, defende Coja e procura dentro dos meios que tem, fazer o melhor. No entanto e de acordo com o que disse o Sr. Presidente da Câmara momentos antes, o Vale do Alva é de facto um vector fundamental. Relembrou então, que aquando das enxurradas em 2006, que tão nefastas foram para o Municipio, com os encargos que decorreram das obras que tiveram que ser feitas no Piódão, também em Coja, o emissor do saneamento foi destruído nessa altura e acontece que passados estes anos todos, continua em Coja, um tubo provisório inestético, feio que para além do aspecto feio, há ainda, por razões que não sabe explicar, descargas directas para o rio.----------

--------Continuou, dizendo que " *é evidente que o receio e o pouco contentamento de falar nestes assuntos, é que com isto afastamos de alguma forma pessoas que nos procuram e também, estamos a falar da saúde pública e eu entendo que isto já devia ter tido uma solução, estamos em 2010 e das Águas do Mondego para a Câmara Municipal, da Câmara Municipal para as Águas Mondego e aquela situação continua em Coja. Eu ouço os comerciantes dizerem justificadamente que nós perdemos, como todos perderam naturalmente, mas ali em particular um conjunto significativo de habitantes foram embora e um conjunto significativo de visitantes, que deixaram de vir, isto porque o rio, não tem apresentado nos últimos anos, as condições que deveria ter*". ----------

--------Terminou, referindo que é importante e urgente que isto seja resolvido, sendo essa a razão da sua intervenção. ----------

--------Conclui, dizendo:" *sei por exemplo., que a inauguração destas infraestruturas já foi feita em Setembro último, na altura própria, como era oportuno para a época eleitoral, não estou contra a inauguração, devemos inaugurar e dar visibilidade àquilo que fazemos, acho que está bem. Agora o que está mal, é que passados estes anos, se continue com esta situação, num troço fundamental para Coja e para o próprio concelho de Arganil*". ---

--------A **Srª Deputada Municipal Érica Castanheira** interveio, e depois de cumprimentar todos os presentes, referiu não pensar intervir hoje, mas de acordo com a exposição do Sr. João Pedro, sobre a posição do executivo relativamente às acções cívicas relacionadas com a protecção do ambiente, referir que está um bocadinho em desacordo.----------

--------Salientou, que por dois anos consecutivos, organizou neste concelho uma recolha de resíduos em Arganil e nesses dois anos, teve duas boas experiências, com as Escolas, com os munícipes e durante esses dois anos, pode contar com o contributo e a participação na recolha de resíduos na vila de pelo menos 3 elementos do executivo e também com o apoio da Junta Freguesia de Arganil. ----------

-------- Interveio a **Sr.ª Deputada Isabel Carvalho**, que após cumprimentar todos os presentes, referiu-se com satisfação ao local dado aos Vereadores da oposição. Disse ainda" *por coincidência, mas sinto alguma alegria, por ser num dia em que eu estou aqui na Mesa, que finalmente os Vereadores da oposição têm um local digno para assistir, talvez tenha sido uma prenda, às vezes há coisas que o destino nos dá, sem nós contarmos. As minhas palavras são só estas, são de apreço e acho, que quando há boa vontade, tudo se faz*". ----------

--------O **Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra, para em primeiro lugar se associar ao voto de pesar em nome do Executivo Camarário, que teve ocasião, por unanimidade se ter prenunciado da mesma forma, face ao

falecimento do Sr. José dos Santos Gaspar, que de facto foi e é uma referência da Freguesia do Piódão, para todo o Concelho de Arganil, pelo seu empenhamento, pela sua tenacidade e pela sua capacidade de intervenção.-------

--------Relativamente à intervenção sobre o limpa neves, informou, que o Sr. Governador Civil, já transmitiu a vontade da Protecção Civil distrital com o seu auto patrocínio, de procurar encontrar uma solução no quadro daquilo que é possível para os concelhos de Arganil e Pampilhosa da Serra ----------

-------- Quanto à questão da saúde, referiu associar-se ao Sr. Presidente da Junta do Piódão e informar que, a Câmara Municipal, em conjunto com as Juntas de Freguesia, junto das entidades responsáveis a nível regional, solicitou em tempos, a necessidade de utilização de uma unidade móvel no concelho.----------

--------Disse ainda " *é um diálogo que procuraremos continuar a fazer junto da entidade a nível regional da área da saúde, de forma a procurarmos que este projecto possa avançar* " . ----------

-------- Agradeceu as palavras da Deputada Mª José Silva, aquando da sua intervenção. Referiu ainda, que de facto acha que este modelo dos fóruns são importantes para gerar a discussão, colher criticas e sugestões e,, de alguma forma, reforçar aquilo que é a intervenção cívica dos cidadãos que considera cada vez mais importantes. -

--------Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Eugénio Fróis, referir em primeiro lugar, sobre a questão do turismo e do Vale do Alva, que o emissor de esgoto foi construído em Coja para resolver um problema, de o influente não drenar directamente para o rio e que a inauguração da ETAR de Coja, é uma responsabilidade das Águas do Mondego, cujo capital maioritário é do Governo. Portanto, a marcação dessa inauguração não foi da responsabilidade da Câmara, foi da responsabilidade da empresa Águas do Mondego.----------

--------Continuou, dizendo " *a partir desse dia, a responsabilidade pelo tratamento em alta dos esgotos em Coja, passou a ser da responsabilidade das Águas do Mondego e a Câmara está igualmente preocupada com a situação de não estar completamente resolvida, uma vez que existe um problema na estação elevatória, que tem a ver com a EDP, temos contactado diversas vezes as Águas do Mondego sobre este assunto que nos preocupa, não só pelo tubo inestético, mas pela situação que referiu, que de facto aconteceu e as Águas do Mondego, manifestaram-se no empenhamento em procurar resolver o assunto, com celeridade.*" ----------

--------Referiu ainda, que tiveram ocasião de mais uma vez falar com o responsável regional da EDP, de forma a procurar ultrapassar o assunto, apesar do assunto não ter nada a ver com a Câmara Municipal. ----------

--------Conclui este ponto, dizendo" *contamos que brevemente essa situação esteja resolvida, porque é uma questão que naturalmente nos preocupa a todos, mas de qualquer maneira, julgo que a intervenção que foi feita da ETAR e da estação elevatória, é muito importante e concerteza que o Senhor Deputado concordará com isto*".

--------Agradeceu as palavras da Deputada Érica Castanheira e referiu que de facto, tem existido um conjunto de projectos na área do ambiente e na área da sensibilização ambiental, mas também em Arganil, um Conselho Mais Limpo, que envolveu a Câmara, as Freguesias, as escolas e de facto sustentar que é de pequenos espaços que nós podemos concretizar uma estratégia verdadeiramente sustentável para o concelho. ----------

-------- Salientou, que o projecto Limpar Portugal, no que diz respeito concretamente ao concelho de Arganil, também foi integrado na Agenda 21 Local, para lhe dar visibilidade e, de alguma forma, chamar a atenção das

pessoas, para os princípios do desenvolvimento sustentável, particularmente, na vertente da preservação ambiental. ----------

--------Interveio o **Sr. Deputado Eugénio Fróis** para referir que ouviu com atenção a intervenção do Sr. Presidente e nomeadamente a explicação quanto à eventual responsabilidade da situação menos boa que se vive em Coja, e para si ser pouco importante se é da Câmara Municipal, se é das Águas Mondego, o que é importante, é que se faça. ----------

--------Relembrou o Sr. Presidente da Câmara, uma coisa que é do domínio e do senso comum, tudo o que seja preocupação dos munícipes é uma preocupação dos Autarcas. Disse ainda, " *esta é uma regra geral, que bem conhece*". ----------

--------O **Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer" *já o fizemos em Reunião de Câmara, mas se a Assembleia Municipal o entender, através de Moção, querer por escrito estas preocupações, da nossa parte estamos perfeitamente abertos para que isso possa ser feito*". ----------

ORDEM DO DIA

1 – Discussão e Aprovação da acta nº 5 realizada no dia 19 de Dezembro de 2009.----------

--------O **Sr. Deputado João Pedro Pimentel**, após cumprimentar todos os presentes, demonstrou a sua estranheza, pelo facto de a sua intervenção no ponto nº 5 na última Assembleia dia 17/12/2009, ser remetida para uma anexo. ----------

--------O **Sr. Presidente da Assembleia em exercício,** referiu que o motivo pela qual, foi colocada em anexo, por se tratar de uma intervenção escrita, para ficar de uma forma mais completa, em vez de ser uma síntese ou um resumo. De qualquer das formas, e caso ninguém se opuser, mantinha-se a intervenção em anexo e alterava-se a Acta, como normalmente se faz, referindo a intervenção de uma forma sintetizada. ----------

--------Interveio a **Sr.ª Deputada Armanda Miranda** que após cumprimentar todos os presentes referiu não ter lido a acta toda, por a acta ser muito extensa, o que se proporá que ela contenha tudo. Mas relativamente à sua intervenção, a mesma está incompreensível.----------

--------O **Sr. Presidente da Assembleia em exercício,** referiu que a Mesa dará instruções a quem elabora a acta para fazer as referida alterações.----------

--------A acta foi posta à votação, sendo aprovada por maioria, com três abstenções.----------

2 – Apreciação e Votação do estudo relativo a actual situação financeira e respectivo plano de saneamento financeiro, nos termos do disposto nos nº 2º e 3º do art. 40º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro.----------

-------- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** para referir, como é do conhecimento de todos, o Piódão, foi assolado em 2005, por um violento incêndio que deixou um rasto de destruição e, por outro lado, criou todas as condições a nível de erosão, para que em 2006 ocorre-se uma enxurrada com prejuízos gravíssimos, não só no antigo Parque de Estacionamento como em toda a frente ribeirinha, mas também nas acessibilidades ao Piódão. -

-------- Referiu ainda, que a maior enxurrada foi no dia 14/Julho/2006 e no dia 15/Julho/2006, o Sr. Governador Civil do Distrito de Coimbra, deslocou-se ao terreno e visitou toda a zona afectada pelas intempéries. Logo nesse momento, assumiu em nome do Governo, toda a disponibilidade e o compromisso de apoiar as obras de reconstrução e os acessos daquela aldeia histórica.----------

-------- Continuou, referindo que a CCDRC também manifestou o seu empenhamento, num apoio excepcional, no âmbito do Quadro Comunitário de apoio, no QCA3. Foram desenvolvidas por parte da câmara os projectos necessários, para fazer um conjunto de intervenções, que se distribuem em dois grupos. O primeiro grupo, uma intervenção a nível do Parque de Estacionamento da frente ribeirinha e que procurava criar as condições para podermos voltar a receber os milhares de turistas que temos por ano, para voltarmos a recebe-los com toda a dignidade e toda a qualidade.----------

-------- Disse ainda, "*que essa intervenção, foi candidatada ao QCA3, aos fundos comunitários e tinha à partida uma intenção de comparticipação por parte da CCDRC de 70%, pois no momento em que veio a ser aprovada essa comparticipação, baixou para 65%, mas a candidatura foi aprovada e homologada pelo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional. O outro grupo de intervenções, tem a ver com a Requalificação da Rede viária da Freguesia, mais concretamente ao troço Formarigo/Penedos Altos/Piódão, designado por beneficiação de acessibilidades I ao Piódão, o troço entre Piódão e Chãs d'Égua, beneficiação das acessibilidades II e o troço Foz d'Égua/Piódão – Acessibilidades III. Este conjunto de três intervenções na área das acessibilidades, foi alvo de um contrato programa celebrado em Janeiro de 2008, entre a câmara Municipal e a Direcção Geral das Autarquias locais, contrato programa que foi homologado aqui nos Paços de Concelho, pelo Sr. Secretário de Estado da Administração Local de então, Dr. Eduardo Cabrita, e que consagrava um financiamento, de cerca de 60% daquilo que era o volume de investimento global*".----------

-------- Salientou, que volvidos mais de dois anos e tendo a Câmara Municipal, feito um investimento global no Piódão de 2,3 milhões de Euro, somando às intervenções feitas na Rede viária, com a intervenção feita no antigo Parque de Estacionamento e na frente ribeirinha, a verdade é que a Câmara Municipal, recebeu de comparticipação financeira da Administração Central cerca de 110 mil Euros, ou seja, houve aqui, uma clara e inequívoca quebra de compromisso, assumido pelo Governo, relativamente à comparticipação das obras efectuadas no Piódão. ----------

-------- Informou ainda, que no ano de 2009, surgiu a oportunidade de captar para o concelho, o maior investimento privado, já mais realizado no concelho de Arganil, que foi o investimento de PINWELLS, um

investimento de 16 milhões de Euros, a que se seguirá um novo investimento em 2010 de mais 4 milhões de Euros. A Câmara Municipal, teve que fazer aqui um esforço excepcional de investimento na Zona Industrial. Estava prevista a sua ampliação mas teve-se que andar mais depressa do que aquilo que estava previsto, entre a aquisição de terrenos e aquilo que é o desenvolvimento de infraestruturas públicas de acesso ao lote da PINWELLS, foram investidas em 2009, 779.172,38 Cêntimos, ou seja, no conjunto dos investimentos, foram feitos no Piódão e este investimento na Zona Industrial, mais de 3 milhões de Euros de investimento em 2009, o que de facto foi uma esforço financeiro, muito considerável. ----------

-------- Referiu ainda, que face à quebra de compromissos por parte do governo relativamente às comparticipações do Piódão, a Câmara Municipal, passou a ter um problema de desequilíbrio financeiro, conjuntural, associado a um problema de tesouraria. ----------

-------- Disse ainda " *várias vezes temos transmitido essa ideia, aqui mesmo nesta Assembleia Municipal, esperando até ao limite, não havendo uma resposta cabal por parte do Governo, não nos restou outra alternativa, que não propor a contratação do empréstimo para saneamento financeiro. O valor deste empréstimo é de 4,1 milhões de euros e insere-se naquilo que é a receita indicada pela nova lei das finanças locais, a lei nº 2 de 15/Janeiro/2007, que foi uma lei da responsabilidade do Governo do partido socialista, no seu art. 40, nos casos em que existe nas autarquias, desequilíbrio financeiro conjuntural, devem os Municípios avançar para a contração de empréstimo para saneamento financeiro*". ----------

-------- Salientou, estar-se a seguir, aquilo que é receita indicada por parte da lei das finanças locais, da responsabilidade do Governo do partido socialista e em particular, sendo Ministro na altura com tutela das Autarquias António Costa, que é hoje Presidente da Câmara de Lisboa e já procurou usufruir da mesma tipologia de empréstimo. ----------

-------- Terminou, referindo que como resultado desta operação de saneamento financeiro, a Câmara Municipal, manterá o seu estatuto de pessoa de bem junto de empreiteiros e fornecedores, ou seja, aquilo que se está a propor fazer-se, é a conversão da divida de curto prazo em médio e longo prazo, hão havendo aqui um aumento do endividamento liquido do Município e aumento da divida da Câmara.----------

-------- Conclui, dizendo " *aquilo que estamos a tomar, é uma medida de boa gestão que reporá o equilíbrio financeiro e permitirá com o cumprimento por parte da Câmara Municipal, dentro dos prazos estipulados que temos vindo conseguindo a ter aqui junto dos empreiteiros e fornecedores e, portanto, é essa a razão pela qual apresentamos aqui o nosso plano de saneamento financeiro, que tem todos os dados todos relativamente àquilo que é a situação financeira da Câmara, estando naturalmente disponível para responder a todas as questões que os Srs. Deputados queiram colocar*". ----------

------- Interveio o **Sr. Deputado Municipal João Pedro Pimentel,** que após cumprimentar todos os presentes referiu, que para além doutros assuntos, reúne-se hoje a Assembleia Municipal para debater a situação financeira do Município de Arganil, apresentando também o Executivo uma proposta de saneamento financeiro. ----------

------- Continuou, dizendo " *que na sequência do que em Dezembro, os elementos do PS tem vindo a afirmar, incluindo o que por esta bancada tem sido dito nas últimas Assembleias e foi dito na sessão de Assembleia de*

Novembro, a orientação e as linhas programáticas definidas por este executivo, continuam a levantar-nos profundas dúvidas, não só do ponto de vista político, mas também, do ponto de vista económico-financeiro".------

------- Nesse sentido, referiu que também o Vereador do PS, Dr. Miguel Ventura, já em Janeiro, lembrou a questão do excessivo endividamento liquido do Município comparativamente a 2008 e cujo aumento se cifrou em cerca de 58%, se considerarmos os valores de Novembro, porque com base na situação a 31 de Dezembro esse endividamento aumenta em cerca de 75% apenas no espaço de um ano. ----------

------- Dirigindo-se ao Sr. Presidente do Executivo, referiu que até agora, este endividamento, tem vindo a ser justificado ou associado, aos atrasos nos pagamentos por parte da administração central que a esta competem e que, por isso, não são atempadamente recebidas pelos Município. ----------

------- Questionou, se estamos assim em presença de causas conjunturais, por este endividamento, ou antes, não serão as opções políticas tomadas ao longo dos últimos anos, com as quais não concordamos, que determinam este endividamento? ----------

------- Disse ainda, *"parece-nos estar sim, em presença de causas estruturais relacionadas com uma política, para a qual temos vindo a chamar a atenção, sem planeamento, uma política de vários anos, que estamos e estaremos em oposição a ser seguido este rumo. Mas detenhamo-nos um pouco no documento intitulado – plano de saneamento financeiro"* ----------

------- Continuou, referindo que da sua leitura e apreciação, parece poder-se concluir, por exemplo, que os compromissos financeiros do Governo na intervenção do Pióddão e que ainda não foram cumpridos na sua totalidade, representam 20% do total do passivo do Município a curto prazo. E não estando em causa que este pagamento terá de ser efectuado, tal divida não assume, no contexto financeiro do Município, a importância que se lhe quer dar e nem pode ser considerada como responsável por grande parte das dificuldades, pelas quais passará o Município. Por outro lado, há um conjunto de dividas que resultam de opções, repetimos, legitimas, do executivo Municipal mas pelas quais não podem ser assacadas responsabilidades ao Governo. ----------

------- Salientou, que no plano de saneamento financeiro, é reconhecido pelo próprio Executivo a assumpção, em 2009, de diversos compromissos que eram desproporcionados, face às disponibilidades financeiras do Município, no que se traduziu no desequilíbrio que agora obriga à contratação deste empréstimo. ----------

------- Referiu ainda, que para além deste empréstimo, não podem ser desvalorizados os outros mecanismos propostos no plano para inverter a situação financeira do Município. A racionalização e optimização dos recursos, promovendo a sua eficiência é também um passo que deve ser assumido com coragem como prioritário nesta caminhada. Também na discussão sobre o orçamento para 2010, o PS chamou à atenção, no Executivo do Município e nesta Assembleia, para o empolamento das receitas que depois e naturalmente, não têm o correspondente recebimento ao longo do ano.----------

------- Continuou, dizendo " *ambição sim, determinação sim, confiança sim, mas também muita ponderação e rigor nas opções, nos estudos e documentos que as suportam é o que se deve exigir a este Executivo Municipal. Por isso fomos contra e somos contra, os investimentos avultados, casuísticos e desinseridos de um plano de desenvolvimento ao longo do ano de 2009*". ----------

------- Disse ainda " *reafirmamos a nossa oposição aos investimentos que se configuram para a Cerâmica Arganilense, tal como são propostos, já que não pomos em causa a necessidade de umas piscinas em Arganil, até porque não está garantida a sua sustentabilidade financeira. Por isso, apelamos, mais uma vez, ao Senhor Presidente da câmara, que reveja este projecto de investimento, que entre outras consequências, irá agravar a situação do pequeno comércio local, já em dificuldades. Arganil não pode enveredar por soluções comerciais já abandonadas no País e por toda a Europa*". ----------

------- Salientou, que Arganil, deve, ao invés, enveredar por um política que privilegie as potencialidades turísticas, como sempre dissemos, que apoie os empresários que mantêm neste concelho as suas empresas e aqui, criam emprego, essencial para as famílias acederem a uma melhor qualidade de vida. ----------

------- Dirigindo-se de novo ao Sr. Presidente da Câmara, referiu que, em 2005 criticou-se a situação financeira do Município, fez-se disso a principal batalha deste concelho, mas constata-se agora, que em 2009, o passivo total desta Autarquia, tenha aumentado 28,7%, relativamente a 2005. Afinal ao fim destes quatro anos estamos mais endividados. ----------

------- Conclui, dizendo" *os nossos valores da vida democrática, exigem também realismo e cooperação, por isso, mau grado as nossas divergências sobre o plano de recuperação financeira, a bancada do PS sem embargo dos elementos que esta discussão possa aqui hoje trazer, em princípio irá abster-se na respectiva votação, fundamentalmente porque os fornecedores que vivem uma situação difícil, não são responsáveis por este panorama e têm de receber rapidamente os serviços que prestaram ao Município. Mas deixamos bem claro, que é o Executivo Municipal do PSD, que no futuro, será responsabilizado se, na prossecução desta política mantiver, ou agravar, o Município com estes índices de endividamento* ".

------ Interveio o **Sr. Deputado Manuel Augusto,** que depois de cumprimentar todos os presentes referiu-se a este ponto, pondo uma questão ao Sr. Presidente e ao Sr. Vereador Dr. Luís Paulo, se a Câmara se encontra em situação de falência técnica de insolvência? ----------

------ Justificou o porquê da pergunta, referindo que em Assembleia Municipal de 17 de Dezembro de 2005 a questões por si levantadas, em relação à divida existente na Câmara, o Senhor Presidente afirmou, que em campanha eleitoral não falou em dívida, mas sim em passivo e em relação ao empréstimo, feito perguntas se o anterior Executivo deixou ou não a possibilidade de contrair empréstimo? ----------

------ Salientou, que é importante lembrar, que os empréstimos para saneamento financeiro, obedecem a outras regras e pode-se recorrer a eles para consolidar passivos financeiros. Para não se falar em falência técnica, a Câmara devia ter neste momento, um pouco mais de 6 milhões de Euros, para fazer face a compromisso imediatos e não tem. ----------

------ Referiu ainda, sobre a situação financeira, que se deve esclarecer que a situação é de total constrangimento em que encontramos a tesouraria, havia muitos compromissos que tinham de ser pagos a 30, 60 e 90 dias que têm um peso muito pesado. Depois o valor das dívidas a médio e longo prazo, deveriam ser superiores ao de curto prazo. ----------

------ Salientou, que o Executivo anterior, deixou muitas obras realizadas, mas a pensar que seriam pagas pelo novo Executivo. O constrangimento é de tal forma, que a única forma de recuperar o bom nome da Câmara como entidade pagadora, foi reformular a divida (pág. 9 da acta)----------

------ Referiu, que de seguida usou da palavra o Dr. Luís Paulo, para fazer esclarecimentos sobre algumas declarações já feitas. Em relação à falência técnica, preferiu usar a palavra insolvência, entendendo como tal, o devedor que se encontra impossibilitado de cumprir com as suas obrigações já vencidas e neste momento, a Câmara tem mais de quatro milhões de obrigações vencidas e depois de analisar estes números, concluímos que o Município, está em situação de insolvência, ou se preferirem de falência técnica (pág. 10 da acta). ----------

------ Continuou referindo, que o Dr. Luís Paulo ao tomar novamente a palavra, como responsável pela área financeira, no sentido de esclarecer sobre os valores da divida do Município, da falta de receitas e elevados custos mensais, esclareceu, que as finanças do Município, se encontram numa situação grave de desequilíbrio financeiro, que o Município se encontra impossibilitado de cumprir com as suas obrigações vencidas e que o Município se encontra em situação de insolvência falência técnica (pág. 15 da acta). ----------

------ Referiu ainda, que mais à frente, afirmou o agora 1º Secretário, Deputado Dr. Luís Quaresma, que este Executivo fez algo de inovador, foi feita uma análise nua, fria e crua aos números e isto não é a forma de gerir a Autarquia. Os credores começaram a estar fartos de esperar, a qualquer momento um pode avançar para contencioso, exigir o pagamento de juros de mora a 9% e fazer penhoras de bens que não sejam do domínio público, isto são situações que podem surgir amanhã mesmo (pág. 17 da acta). ----------

------ Continuou, referindo que seguidamente a Sr.ª Presidente, passou a palavra para o Sr. Presidente da Câmara, para clarificar que a necessidade da contracção deste empréstimo não foi criada por este Executivo, mas sim por situações erradas anteriores. Quem hipotecou o futuro, não foi este Executivo, mas sim gestores anteriores. Esclareceu ainda, que na contabilidade não existem caixotes de facturas, mas há muitas facturas em trânsito, sem terem cabimento, logo, nem tudo estava reproduzido nas contas da Autarquia (pág. 18 da acta).---

------ Disse ainda " *pois é, lá diz o velho ditado, pela boca morre o peixe. É que as justificações para o pedido de empréstimo de saneamento financeiro apresentadas então, são as mesmas que são apresentadas agora. Em Novembro a divida era de 7.331.000,00 Euros. Em Fevereiro de 2010 a divida é de 7.873.832,00 Euros (mapa demonstrativo do endividamento liquido* ". ----------

------ Salientou, que é preocupante o aumento da divida em dois meses, no valor de 873 mil Euros, mais, se não tivesse recebido os donativos de 650 mil Euros da ENERNOVA e os 250 mil Euros do novo parque eólico, a divida seria de 8.743.000,00 Euros.----------

------ Questionou ainda o Sr. Presidente e o Sr. Vereador Dr. Luis Paulo Costa, se a divida apresentada neste estudo é a correcta? É que há quatro anos atrás, a divida era muito maior, porque havia obra feita, mas as facturas não estavam lançadas. E agora, estão ? Perguntou. ----------

------ Referiu ainda, não ter visto , ao longo dos documentos que nos têm sido fornecidos, qualquer Auto de Medição relativo ao muito alcatrão lançado em pré campanha eleitoral e algum mesmo, durante a campanha eleitoral. Perguntou, será 1 milhão de Euros? Será mais?----------

------ Continuou, dizendo "*o Sr. Presidente tem afirmado também, que a divida há quatro anos era maior, porque havia outras obras adjudicadas e não realizadas. Então e a agora? Se contarmos com os 600 milhões do projecto da Cerâmica, 1.700.000,00 Euros da EB1 de Arganil, a divida, será de mais de 16 milhões*". ----------

------ Salientou, que este Executivo tem afirmado em todo o lado, á boca cheia, que a Câmara tinha saúde financeira, mas afinal, é esta a saúde financeira da Câmara Municipal de Arganil? Disse ainda" *afirma o Sr. Presidente nas grandes opções do plano e orçamento para 2010, estamos perante um plano de investimentos que revela ambição e abrangência, alicerçado num orçamento de rigor e realismo que contempla o apoio essencial de fundos comunitários, cujo contributo é decisivo para a sua execução. Dois meses depois, já estão a pedir um empréstimo. Porque não falaram na altura? Muito se disse nessa altura, portanto 2005 e 2006, nesta Assembleia Municipal , pelo Executivo e pela maioria dos Deputados do PSD, que era uma vergonha haver facturas por pagar de meia dúzia de Euros. Pois bem, agora há facturas por pagar de 40 cêntimos (pág. 52/64) e muitas também de meia dúzia de Euros. Mas agora, já não é vergonha estarem por pagar*". ----------

------ Conclui, referindo que a lista por Arganil, Concelho com futuro, votará contra este empréstimo e apresentará uma declaração de voto no final.----------

------ O Sr. **Deputado Eugénio Fróis** interveio para referir, já ter a sua bancada ocasião de fazer e de explanar as ideias principais que considerou oportuno referir neste momento. De qualquer forma não resiste, também à oportunidade que tem, de numa maneira genérica e breve, se referir a este assunto, dizendo o seguinte " *a necessidade do novo empréstimo não me espanta e não nos deve espantar rigorosamente nada, na medida em que todos os Arganilenses sabem, a forma supérflua e eleitoralista como as verbas têm sido gastas, logo a necessidade deste empréstimo é absolutamente natural, dentro desta linha de pensamento. Há uma outra ideia, que a mim particularmente me chocou, é que neste novo empréstimo, há um período de carência de 3 anos, isto significa o quê? Que este Executivo, nem sequer pretende pagar e assumir as suas obrigações*".----------

------ Terminou, referindo que estamos a legar aos vindouros a gestão, as opções que agora forem feitas, acredita que a determinação do nosso Presidente da Câmara, ainda assim nesta conjuntura, vai avançar neste projecto megalómano, que é a Cerâmica Arganilense, isto é, hipotecar o futuro, ou por outras palavras, utilizando uma expressão muito corrente na construção civil e que todos as pessoas conhecem bem e que diz, quem vier atrás, fecha a porta. ----------

------ Interveio o **Sr. Deputado Luís Gomes,** que após cumprimentar todos os presentes, referiu duas ou três pequenas notas, relativamente a este ponto. ----------

------ Referiu então, que aquilo que foi dito aqui, ressalta como é evidente a ideia base, de que quer da parte do partido socialista, quer da parte da lista independente, que o melhor seria o executivo estar paralisado. Portanto não haver obras, nada se fazer, para que efectivamente tudo permanecesse na mesma e não é essa a política definida por este executivo, porque estão criadas condições dinâmicas, para levar este concelho ao lugar a que ele tem direito.----------

------ Salientou, dois pontos já ressaltadas pelo Sr. Presidente da Câmara, na sua intervenção, que justificam as razões da contratação deste novo empréstimo e pessoalmente aquela que considera como principal, não indo

discutir números,, percentagens nem cêntimos, é que efectivamente o Governo , a Administração central, não cumpriu e não tem cumprido os seus compromissos. ----------

------ Salientou ainda, que se repare que não é só a nível deste executivo, deste Município, Município de Arganil, de uma forma genérica, a Administração Central, não cumpre com os seus deveres, com os seus compromissos e daí, que cobre juros aos contribuintes, às empresas, porque não cumprem atempadamente os seus compromissos, mas por outro lado, esses contribuintes que são fornecedores do Estado, não recebem juros da administração central. Portanto há aqui um paradoxo grave, que há a considerar. Portanto, esta situação a que chegou o Município de Arganil, com dificuldades de tesouraria, justifica perfeitamente o recurso ao saneamento financeiro, isso é normal, foi aqui explicado, se é que os Srs. Deputados da oposição o entenderam, que não há aumento de divida, embora os números (às vezes as máquinas de calcular continuam a falhar) sejam empolados, se os números são empolados, porque interessa que eles sejam empolados pela oposição. ----------

------ Continuou, dizendo " *foi dito claramente e melhor o Executivo o poderá explicar, em termos de números reais, que efectivamente este saneamento financeiro, é unicamente dirigido para a conversão da dívida de curto prazo, a divida de médio e longo prazo e creio que isto, poderá haver num futuro próximo, se continuar a dinâmica que tem sido iniciada desde o inicio desde o primeiro mandato, eu não tenho duvidas que estarão criadas condições para arrecadação de mais receitas, porque também se põe o problema das receitas próprias do Município, havendo crise internacional e nacional, há reflexos também na economia local, porque não há a criação de mais empresas, não tem havido ao longo dos anos, logo essas receitas também diminuem , ou pelo menos não aumentam* ".----------

------ Referiu, que este executivo, já deu provas de que é capaz de captar investimento para o concelho e daí, também uma das razões que justifica esta contracção deste empréstimo para saneamento financeiro.----------

------ Disse ainda" *são os números que foram despendidos para a implementação da nova empresa e sobretudo para o futuro alargamento do Parque Industrial da Relvinha. Arganil, tem que ter condições, o concelho tem que ter condições para fazer oferta a novos investimentos e para isso necessariamente é preciso dinheiro, não há milagres, não cai nada do céu. O que fica aqui dito, dá impressão, que o que a oposição queria, era uma asfixia total, uma paralisação total e nada se realizar, nada se fazer, mas não, o Executivo tem criado dinâmicas que vão daqui a quatro anos verificar e tirar resultados finais e a análise foi feita pelo povo, pela população do concelho que deu 58% a este Executivo na votação nas últimas eleições, portanto, houve obra feita, não foi rejeitada a obra que foi feita no primeiro mandato, este segundo mandato, vai seguir a mesma linha e nós vamos dar um salto em frente, como este concelho necessita* ".----------

------ Relativamente à Cerâmica Arganilense, referiu, não chegar a perceber, se efectivamente a oposição do partido socialista e a lista independente, estão ou não estão de acordo com o investimento na Cerâmica, é que distingue-se o que é que são as piscinas e outro bloco de investimento que se faz no outro edifício, para além das piscinas, mas a oposição não é capaz de definir concretamente o que se há-de fazer ao resto do edifício. -------

------ Continuou, dizendo" *eu ainda não ouvi aqui apontar soluções para o resto do edifício. Deixa-se cair? Abate-se pura e simplesmente? Deixa de haver referência a uma indústria que é e foi marcante no tecido industrial, do concelho de Arganil? Afinal não vejo aqui expressadas soluções para esse edifício* ".----------

------ Terminou, referindo estar de acordo, que efectivamente, com a recuperação do edifício em si, podem ser colocadas lá vertentes de ordem cultural e não só a parte comercial , conforme foi aqui referido pelo Sr. Deputado João Pedro. É um projecto dinâmico que pode ser alterado na sua utilização. ----------

------ Conclui, salientando a ideia do Executivo em lançar um Fórum sobre essa matéria e aí gostar de ver por parte da oposição, os contributos, para que realmente essa utilização fosse mais racionalizada. ----------

-------- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** dividindo a sua intervenção em dois pontos, o primeiro sobre o plano de saneamento financeiro e o segundo, sobra a reabilitação da antiga Cerâmica Arganilense. ----------

-------- Referiu então, sobre plano de saneamento financeiro, haver aqui um diferença muito significativa, face aquilo que aconteceu há 4 anos atrás. Vão pedir 4,1 milhões e não 6 milhões de Euros- ----------

-------- Quanto à reabilitação da antiga Cerâmica Arganilense, referiu já o ter dito em Reunião de Câmara, mas ter ocasião e com toda a consideração dizer aos Sr. Deputado João Pedro Pimentel, que não estamos a falar de 20%, mas sim de 75% do valor do empréstimo, basta dividir três milhões por quatro milhões, encontrará rapidamente os 75%.----------

-------- Continuou, dizendo" *há que haver uma clarificação de conceitos, se as razões da contracção deste empréstimo fossem razões estruturais, estaríamos a falar de um desequilíbrio financeiro estrutural e o que estamos a falar é de um desequilíbrio financeiro conjuntural , ou seja é uma situação de conjuntura, que resulta dos investimentos que fizemos no Pióddão e também na Zona Industrial, por isso é que estamos a contrair um empréstimo para saneamento financeiro, que resolve o problema de natureza conjuntural, não estrutural* ".-------

-------- Referiu, que estrutural, teria outras receitas com consequências bastante mais gravosas para o Município. Por outro lado, falando aqui nas questão das opções estratégicas, de facto, o partido socialista e o partido social democrata, tinham programas eleitorais diferentes com opções estratégicas naturalmente diferentes e os Arganilenses, como há pouco o Sr. Deputado Luís Gomes referiu, optaram por o programa que o partido social democrata apresentou. ----------

-------- Disse ainda " *somos responsáveis e somos fieis à palavra dada, responsáveis pelo cumprimento do programa eleitoral, quero aqui de uma forma muito clara e muito firme reafirmar*". ----------

-------- Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Manuel Augusto, disse " *em primeiro lugar há aqui uma questão muito concreta, é que nós não enterramos a cabeça na areia, existe um problema e nós vamos resolvê-lo, apresentamos aqui a forma de o resolver, não fazemos como em 2005, em que os Srs. nos deixaram uma herança absolutamente desastrosa e não fizeram nada para resolver esse problema. Nós resolvemos, temos hoje aqui um problema e estamos cá para o resolver e portanto há aqui uma diferença muito clara de atitude de proactividade para a resolução de problemas* ". ----------

-------- Quanto ainda à intervenção do Sr. Deputado Manuel Augusto, sobre os donativos das eólicas, disse "*gostava que comparasse aquilo que são os donativos que este Executivo recebeu, fruto das suas negociações,*

870.000,00 Euros, em contraponto, com os 100.000,00 que os Senhores. tinham recebido, relativamente à instalação de outro parque eólico ".----------

-------- Relativamente às acessibilidades, que têm sido feitas no concelho, em termos de colocação de alcatrão, referiu que caso o Sr. Deputado não saiba, a responsabilidade pela abertura dos concursos, o órgão competente foi o Presidente da Câmara e portanto é ao Presidente da Câmara que também cabe a apreciação dos Autos de Medição. ----------

-------- Relativamente às facturas por pagar, referiu gostar que o Sr. Deputado trouxesse esse assunto aqui, pois as facturas que estavam na gaveta, contrariamente ao que acontecia em 2005 em que havia muitas facturas na gaveta e havia muitos compromissos assumidos e não pagos, aquilo que está neste plano de saneamento financeiro, é o retrato integral da situação financeira da Câmara. Não há facturas, nem DVD's (eventualmente usando as novas tecnologias) na gaveta para esconder qualquer tipo de dívida. Essa é também uma diferença muito clara e muito concreta relativamente ao anterior executivo Camarário.----------

-------- Salientou ainda, que uma das coisas que têm sido ditas, nomeadamente pela candidatura Arganil, Concelho com Futuro, de que poderiam estar em causa os ordenados dos funcionários da Câmara, dizer de uma forma muito clara,*" que me repugna esse tipo e essa forma de fazer política, nunca estiveram, nem estão em causa os ordenados dos funcionários da Câmara Municipal, porque este Executivo, gere a Câmara, de uma forma muito rigorosa e de uma forma muito sensata, em defesa não só dos nossos colaboradores, que fazem e dão o melhor de si todos os dias, mas também em defesa dos interesses do concelho e portanto julgo que este tipo de considerações fazem mais parte de uma política quase mexicana e nada têm a ver com a política que nós devemos fazer todos os dias, que é uma política de verdade, de confronto natural de ideias e que esteja e resulte a favor dos cidadãos do concelho de Arganil*". ----------

-------- Relativamente à reabilitação da antiga Cerâmica Arganilense, referiu que aqui o papel da oposição o faz lembrar o Canto 4º dos Lusíadas, no episódio do Velho do Restelo, em que algumas pessoas na margem diziam, não vão, não vão, mas as nossas naus seguiram caminho da descoberta do novo mundo.----------

-------- Continuou, demonstrando a sua perplexidade, em não conseguir perceber, qual é a posição do partido socialista sobre a Cerâmica Arganilense, porque na última Reunião de Câmara, foi dito pelo Sr. Vereador Miguel Ventura, na sua declaração de voto, relativamente ao voto de abstenção ao empréstimo, disse no final *"está a chegar o momento de reconhecer que não existem condições para a realização da intervenção na recuperação da Cerâmica Arganilense, tal como está preconizado, devendo este investimento ser repensado e priorizadas as suas componentes, alterando-se para iniciativas que se justifiquem em Arganil* " Volvidos 15 minutos o Sr. Vereador Miguel Ventura, em resposta à intervenção do Dr. Luís Paulo, dizia " *concordo com os dois primeiros pontos da intervenção do Sr. Vereador Luís Paulo, é necessário cuidarmos da manutenção e da preservação daquele imóvel que é uma referência da arquitectura industrial de Arganilense, concordo que é necessário avançar para as piscinas aquecidas* ". Portanto, quando a mesma pessoa tem duas posições distintas no prazo de 15 minutos, o que é que se pode perguntar ao partido socialista, sobre o que pensa relativamente à Cerâmica?----------

-------- Relativamente ao projecto Arganil, Concelho com Futuro, recordou que foi o Sr. Eng.º Rui Silva, enquanto Presidente da Câmara, que desenvolveu um projecto que chamava Centro da Cultura e Arte da Terra, um projecto, que todos nós ainda hoje não conseguimos perceber muito bem, aquilo que representava, com um investimento global de 5.200.000,00 Euros. ----------

-------- Salientou, que só para recuperar o edifício da Cerâmica, o actual projecto, é substancialmente diferente, prevê a recuperação do edifício da Cerâmica e ao mesmo tempo a construção das piscinas aquecidas municipais, e o valor global é de cerca de 6 milhões de Euros, ou seja, pouco mais de 800 mil Euros e se compararmos o preço do dinheiro da altura em que o projecto foi desenvolvido e o projecto que temos hoje, não andaremos muito longe do valor de investimento similar. Referiu então, que gostaria de saber, qual a posição do projecto Arganil, Concelho com Futuro, cujo seu líder, defendeu um projecto para a Cerâmica, que tinha exactamente o mesmo valor de investimento. Neste caso concreto, anunciou que estão previstos fundos comunitários e terem sido aprovados pela unidade de gestão da comunidade intermunicipal do Pinhal Interior Norte a importância de 1.467.000,00€, para financiar o projecto da Cerâmica Arganilense. ----------

-------- Continuou, referindo que o que está previsto para a Cerâmica, é um auditório com capacidade de 250 pessoas, um pequeno supermercado, piscina municipal coberta e aquecida, o helth - club com sala de musculação e cardiofitnes, um espaço da casa das artes, 12 lojas e uma zona de restauração. ----------

-------- Informou ainda, estar a organizar-se um fórum, para discutir o projecto da Cerâmica e da parte do Executivo Camarário, haver uma total abertura para ouvir as posições, quer da oposição, quer dos Arganilenses relativamente ás funções do edifício da cerâmica. ----------

-------- Conclui, dizendo" *considero quase até irresponsável, quando a oposição sabe que a obra está adjudicada, que vai começar dia 08/Março, que ponha em causa a adjudicação de um projecto que é um compromisso eleitoral, que assumimos com os Arganilenses no 1º mandato, não o conseguimos concretizar no 1º mandato, mas voltamos a assumir esse compromisso e portanto, daqui resulta que alguma oposição que existe relativamente à obra da cerâmica, tem que ser bem explicada, porque então ficamos com a ideia, de que a oposição não quer que haja piscinas aquecidas municipais em Arganil, num distrito, em que quinze dos dezassete concelhos, já têm essa infraestrutura, apenas Arganil e Góis não têm e acho que isso não é revelador de qualidade de vida e nós queremos desenvolver esse projecto*". ----------

--------Foi dada a palavra ao Sr. Vereador **Dr. Luis Paulo Costa**, que após cumprimentar todos os presentes, referiu a generalidade das questões, terem sido já esclarecidas pelo Sr. Presidente da Câmara. No entanto, começando pela intervenção do Sr. Deputado João Pedro Pimentel, em relação à questão do excessivo endividamento liquido e aos alertas que têm sido suscitados, disse " *nós em relação a isto, temos uma atitude muito transparente e aí estamos em concordância com a vossa bancada, nós temos vindo sucessivamente a alertar, aliás, em anexo ao plano de saneamento financeiro, encontra um conjunto significativo, de correspondência trocada com as autarquias locais, em que resulta a nossa preocupação, com uma situação eventual de excesso de endividamento liquido*". ----------

--------Continuou, referindo que gostava que ficasse bem claro, que não estamos numa situação de excessivo endividamento liquido, pois de acordo com um mapa que foi também distribuído, o endividamento liquido em 31 de Dezembro de 2009, era de 7.721.727,16 Euros e o limite definido pela DGAL para o nosso caso do Município de Arganil, era de 9.659.493,00 Euros, portanto não estamos nem pouco mais ou menos numa situação de exceder este limite. ----------

-------- Salientou, que com o empréstimo para saneamento financeiro, elimina-se a divida de curto prazo e ficamos com uma situação de divida de médio e longo prazo, aliás, como dizia à pouco o Sr. Presidente, está preconizado no art. 40º da Lei das Finanças Locais. É esta a receita apontada. ----------

-------- Salientou ainda, que todos percebemos, que se não tivessem sido, estas duas situações que foram elencadas, não estávamos neste momento a falar aqui, de um empréstimo para Saneamento Financeiro, não haveria sequer essa necessidade. ----------

-------- Em relação à questão da variação de 28% do passivo total de 2005 para 2009, referiu ao Sr. Deputado, que em 2005 o passivo total era de 8.186.713,65 Euros, em 2009, era de 8.820.500,20 Euros, resultando aqui um acréscimo de 7,7% . Disse então " *obviamente que é um acréscimo, mas está muito longe dos 28% que referiu*" . ----------

--------Relativamente á intervenção do Sr. Deputado Manuel Augusto, referiu, que quando estamos numa situação de um saneamento financeiro, estamos numa situação de não poder pagar as facturas que são exigíveis, não poder pagar os compromissos que são exigíveis. Disse ainda, " *em relação a isto, somos muito claros, estamos perante essa dificuldade, embora a situação não seja comparável com aquela que existia em 2005 e eu informo que esta semana, procedemos ao pagamento das facturas de Setembro de 2009 e depois em 2006 na sequência do empréstimo, pagamos algumas facturas da década de 90. Efectivamente há neste momento, compromissos vencidos para os quais a Câmara não tem capacidade de dar resposta, se estamos a falar de um prazo recomendado de cumprimento desses compromissos de 60 dias e basta ver que se pagou, objectivamente estamos numa situação de não poder pagar os compromissos exigíveis e portanto, objectivamente com todas as diferenças que são de assinalar, estamos numa situação de insolvência, em relação a isto somos muito claros, nós não escondemos a verdade, aquilo que são as questões técnicas e que são objectivas, os números devem ser objectivamente isso, não escamoteamos, sempre fizemos disso cavalo de batalha, desde a 1ª hora e não é pelos factos, serem mais confortáveis ou mais desconfortáveis, que deixamos de o fazer, esta questão que fique muito clara*". ----------

--------Terminou, referindo achar curioso o exercício do Sr. Deputado Manuel Augusto, quando "*diz senão tivesse recebido os donativos da ENERNOVA, a divida era X, se a Câmara não tivesse recebido as transferências da administração central a titulo do FEFE que representaram 6.360.000,00 Euros, a divida era Y*"isto são exercícios que e facto não são muito razoáveis. ----------

--------Conclui, referindo que a questão da certificação das contas, é algo que se implementou e que dá a certeza a esta casa, que aquilo que é apresentado, é de facto real. Não se faz como no passado, em que facturas do ano 2005, ou que eram de 2004, porque entravam na Câmara no dia 01 de Janeiro de 2005, eram lançadas em 2005.

--------O Sr. **Deputado Eugénio Fróis** interveio, referindo-se ao ponto de vista do partido socialista sobre um assunto tão importante como este e de uma forma clara e tranquila, referiu que as infraestuturas culturais devem ser feitas no Teatro Alves Coelho. ----------

--------Continuou, referindo a forma hábil, como o Sr. Presidente da Câmara, tenta colar o partido socialista com a não realização das piscinas aquecidas em Arganil. Sobre isto querer dizer o seguinte " *não estamos contra isso, mas entendemos que para se conseguir efectivamente recuperar aquela infraestrutura da antiga Cerâmica, há outros caminhos e outras formas de o conseguir e essa que está proposta e está em cima da mesa, é apenas uma dela* ". ----------

-------- Salientou, que o fórum que o Sr. Presidente da Câmara referiu, deveria ter acontecido antes. Disse ainda "*eu sei que já houve fóruns onde esta temática foi debatida, eu vivo cá, estou cá e acompanho isso, mas depois de toda esta reformulação, de toda esta problemática, o fórum que o Sr. Presidente referiu, deveria ser antes e não há posterior*". ----------

--------Terminou, reconhecendo que o Sr. Presidente em exercício tem feito e tem conduzido da melhor forma possível e tem outra forma de conduzir estes trabalhos, mas não podia terminar sem deixar esta mágoa, é que o Executivo Municipal, fala como lhe agrada e ao líder da bancada socialista, é-lhe cortado esse direito. ----------

--------O **Sr. Presidente da Assembleia em exercício,** respondendo a esta questão, disse o seguinte " *eu tive o cuidado de não cortar a intervenção do Senhor. líder de bancada, que excedeu largamente o seu tempo, portanto eu não aceito essa critica, muito sinceramente. Quanto à intervenção do Executivo , no Regimento, não está previsto, tempo de duração máxima, por isso é que eu pedi ao Executivo, quando fiz a minha intervenção, que de alguma forma, não ultrapassa-se o tempo das intervenções, pelo menos haja uma repartição equitativa do tempo, apenas no Regimento há o limite de 20 minutos de intervenção, relativamente à informação constante da alínea e) nº 1 do art. 2 deste Regimento. Portanto, penso que de alguma forma, expliquei o sentido da minha condução dos trabalhos* ". ----------

--------Foi este ponto posto à votação, sendo aprovado por maioria, com três votos contra e quatro abstenções. Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 92º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, e ulteriores alterações, e para os efeitos do disposto no nº 4 do citado artigo e diploma legal. ----------

--------O Sr. **Deputado Manuel Augusto** apresentou por escrito a Declaração de voto contra, da bancada independente, a qual se encontra anexa a esta acta. ----------

3 - Autorização para contratação de empréstimo bancário ao abrigo dos nºs 1 e 6 do art. 40º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro. ----------

-------- Neste momento, abandonou os trabalhos, o Sr. Deputado Municipal, Dr. Manuel Augusto. ----------

--------Interveio o **Sr. Presidente da Câmara,** para informar, que posteriormente à aprovação do plano de saneamento financeiro, decorre da Lei, que a Câmara tem que fazer uma consulta pelo menos a três entidades

bancárias, para depois trazer a esta Assembleia Municipal essas três propostas, a fim da Assembleia Municipal deliberar sobre a entidade bancária, com quem vai celebrar este empréstimo de saneamento financeiro.----------

--------Referiu, que pediram a cinco entidades bancárias, para apresentar propostas, houve quatro que apresentaram, sendo a proposta mais vantajosa a do BPI, que é a que queremos apresentar à Assembleia Municipal, no sentido de deliberar, que a contracção deste empréstimo, seja celebrado entre a Câmara Municipal e o Banco Português de Investimentos. ----------

-------- A **Srª. Deputada Municipal Armanda Miranda,** interveio para referir não querer falar deste ponto, em que se fala na autorização para contratação de empréstimo bancário, ao abrigo dos números 1 e 6 do art. 40 da Lei 2 de 2007. ----------

--------Continuou, referindo, não querer falar de um empréstimo para saneamento financeiro, de que só começará a ser pago após três anos do seu uso, tal é o seu período de carência. Também não querer falar, de um empréstimo, que apenas começará a ser amortizado três anos após a sua disponibilização e que será feito apenas pelo próximo executivo. Não querer falar de um empréstimo, que impede qualquer outro empréstimo para saneamento financeiro, nos próximos largos doze anos, daí pensar que temos que exigir, que a fundamentação deste empréstimo seja muito bem ponderada. ----------

--------Referiu ainda, que também sobre outros aspectos, não querer falar num empréstimo, cuja simulação de pagamentos entre amortizações e juros, neste momento é perfeitamente escamoteavel e meramente indicativo de acordo até com as propostas ou fichas técnicas que temos aqui em apreciação, dado que a taxa Euribor neste momento, em que todas as propostas, ou fichas técnicas se baseiam, é uma taxa baixa e o seu aumento, feliz ou infelizmente é esperado a todo o momento e vai a partir deste ano, ser concerteza muito superior. Também, não quer falar deste empréstimo, cujo tratamento foi largamente feito no anterior ponto e mesmo na anterior Assembleia Municipal, porquanto, este empréstimo não é mais do que aquilo que temos vindo a debater em todas as reuniões, relativas à situação financeira da Câmara.----------

--------Continuou, dizendo" *isso foi largamente tratado no anterior ponto e eu agora não vou falar nisso. Eu quero sim, manifestar o meu desapontamento, por não estar a ser proposta hoje para aprovação e uma aprovação necessária pela Assembleia Municipal, uma decisão baseada numa proposta, eu vou-lhe chamar proposta, porque ela está assim cometida, de um Banco que não é proposta. Eu quero chamar a atenção e eu acho que o executivo o sabe, mas nesta Assembleia, nós vamos debruçarmo-nos sobre um empréstimo que está proposto ser feito ao BPI e eu quero dizer, que o BPI, nós não temos conhecimento ainda aqui, de uma proposta do BPI. Do BPI, nós temos uma ficha técnica, com condições indicativa sujeita à aprovação pelos órgãos competentes do Banco. È isso que temos aqui, mais nada. Não temos uma proposta do Banco BPI, que seja mais vantajosa, do que as outras, porque não temos propostas dos outros, temos proposta desta, temos uma ficha técnica, com condições indicativas, sujeita a aprovação pelos órgãos do Banco e mais, esta é uma ressalva fundamental, há outra ressalva, que está no fim da simulação, enfim, essa é uma que eu já terei referido*" . ----------

--------Salientou, que quando diz, que as simulações neste momento, são simulações datadas e que só são válidas, se mantiverem as condições que lhe estiveram na origem. Disse ainda " *As condições que lhe estão na*

origem, como sabemos, não vão ser as mesmas, mas isso não é o que está aqui, o que eu quero aqui dizer, é que esta Assembleia, se deve debruçar sobre uma proposta válida e neste momento e eu, a não ser que o executivo a tenha aqui e não a possa dar hoje, não a tenho, não a temos e portanto não deveríamos ter sido confrontados, a Assembleia não deveria ter que se debruçar neste ponto, sobre uma proposta não existente ".----

--------Interveio o **Sr. Presidente da Câmara,** para esclarecer a Sr.ª Deputada Armanda Miranda que naturalmente que há proposta, e para que fique completamente esclarecido, referiu uma carta enviada do BPI, que diz o seguinte" *temos o gosto de comunicar a V. Exa. a favor o empréstimo referido em epígrafe, nas condições apresentadas na ficha técnica em anexo*". ----------

--------Conclui dizendo" *portanto, não haver aqui, nenhuma proposta condicional, foi aprovada superiormente pelo BPI esta proposta, portanto não consigo perceber a sua dúvida* ". ----------

-------- Interveio de novo a **Srª. Deputada Municipal Armanda Miranda,** para referir que não tinha conhecimento dessa carta do BPI.----------

--------Continuou, dizendo " *a documentação que nós temos, não consta essa carta do BPI, apenas constava uma ficha técnica, com condições não aprovadas e é sobre essa ficha técnica, que nós hoje aqui poderíamos decidir, e o Spred que constava na referida ficha técnica, era o mais vantajoso e daí se baseara a colocação em primeiro lugar, se me diz que tem uma carta e essa carta é do Banco, tudo bem, mas devê-la-ia ter apresentado à Assembleia, de modo que não tivesse-mos dúvidas.* " ----------

--------Interveio a **Sr.ª Deputada Isabel Carvalho,** referindo que em relação a este tema do empréstimo e analisando o documento que lhe foi dado e tendo em conta o que foi dito anteriormente acerca do peso, que o não compromisso do Governo tem na necessidade de fazer o empréstimo, colocar uma pergunta, referindo não saber se isso foi pensado ou não, no objectivo do executivo, quando recebe a verba que está em divida pelo Estado, vai utilizar a clausula particular, em que diz que o mutuário poderá reembolsar antecipadamente o empréstimo parcial ou integralmente, sem que daí advenha, qualquer penalização ou comissão, dado que a necessidade do empréstimo tem a ver sobretudo com essa divida? ----------

--------Conclui dizendo" *eu acho, que quando essa divida for paga, o empréstimo poderia ser reduzido*". ----------

-------O Sr. **Deputado Eugénio Fróis** interveio, para referir que o essencial foi dito no ponto anterior, onde houve ocasião, já de exprimirem os pontos de vista, relativamente a esta matéria.----------

--------Continuou dizendo " *a razão desta intervenção, é dizer essencialmente que esta posição que vamos assumir, o partido socialista, nesta votação, uma posição relativamente doce, que está expressa na abstenção, prende-se com o facto de acharmos que se vive naturalmente uma situação muito difícil, que os Arganilenses também a sentem de uma forma directa e que nós consideramos que não deveríamos dar esse sinal, de não colaboração e não viabilização destas receitas para os Arganilenses* ". ----------

--------Conclui, referindo ser uma forma de dizer publicamente de uma maneira responsável, que apoiarão aquelas soluções que o executivo considera possíveis, manifestando de uma forma viva as suas posições sobre o assunto. ----------

------ Interveio o **Sr. Deputado Luís Gomes,** referindo-se à intervenção do Sr. Deputado Eugénio Fróis, disse " *continuo na minha posição, é muito difícil definir a vossa posição, particularmente a posição do partido socialista, umas vezes, estão contra, depois vêm com paninhos quentes, mas pronto fica bem essa atitude de realmente estar com o Executivo nas coisas imp*ortantes".

--------Relativamente à intervenção da Deputada Isabel Carvalho, referiu, pensar que uma amortização após recebimento dos valores que estão em divida, por parte da administração central, não melhoraria nada, pelo contrário, ficava tudo na mesma, entrava-se novamente em desequilíbrio financeiro. ----------

--------Salientou, que é preciso é encontrar o equilíbrio financeiro e à medida que houver receita própria, então sim, se houver um desafogo financeiro, mais tarde, é muito provável que até o Executivo possa querer amortizar uma parte da divida. Disse ainda "*imaginemos, que daqui a três ou quatro meses recebe as verbas que estão em divida, então vai amortizar o investimento? Então valia mais esperar os três ou quatro meses e não fazia empréstimo, não tem grande lógica, penso eu*". ----------

--------O **Sr. Presidente da Câmara,** interveio para em resposta à Sr.ª Deputada Isabel Carvalho, relativamente ao contrato programa, referir que é expectável que a Câmara receba esse valor, não sabem é quando, mas acreditam que o Estado é uma pessoa de bem. Relativamente à candidatura a fundos comunitários, referiu ter mais reservas sobre isso, uma vez que o encerramento das contas do QCA3, está quase a dar-se e não poderem ter aí, uma expectativa tão optimista de receber esse valor. ----------

--------Conclui, dizendo" *o que lhe digo, é que de facto essa situação, tem que ser equacionada neste momento, procurando também ver quais são as condições que existem, se é preferível haver uma amortização ou se é preferível canalizar isso para o investimento e para o desenvolvimento das políticas públicas em apoio às pessoas, particularmente aos que menos têm e aos que mais precisam*". ----------

-------- Neste momento, abandonou os trabalhos, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Coja e Benfeita. -----

-------- **Sr. Presidente da Assembleia em exercício,** pôs este ponto à votação, sendo aprovado por maioria com dois votos contra e quatro abstenções. Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 92º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, e ulteriores alterações, e para os efeitos do disposto no nº 4 do citado artigo e diploma legal. ----------

4 - Apresentação do plano de Gestão de Corrupção e Infracções Conexas . ----------

------ Interveio o **Sr. Presidente da Câmara,** referindo ter sido distribuída esta documentação, que vem aqui à Assembleia Municipal, para conhecimento como é obrigatório por Lei, é um instrumento que nos é imposto, particularmente pelo Conselho Superior da Corrupção, de forma a atendermos a estas questões e haver um maior controlo dos procedimentos internos das autarquias . ----------

----- Informou ainda, que é um primeiro documento, que pode ser revisto anualmente, mas que pretende de alguma forma fazer uma quase de auditoria do procedimento, relativamente aos nossos procedimentos internos, de forma a prevenir a questão da corrupção e das infracções conexas. ----------

----- O **Sr. Deputado João Pedro Pimentel** usou da palavra, para numa breve nota, saudar a apresentação deste plano, referindo que as regras da administração pública são claras, exigem que um conjunto de instituições apresente este plano de debate à corrupção, numa época tão importante que vivemos, em que estas questões se levantam. ----------

----- Conclui, dizendo " *eu gostaria de saudar a apresentação deste plano, até porque sabemos bem que algumas instituições no nosso país, não o fizeram atempadamente, daí a nossa saudação à apresentação do plano por parte da Câmara Municipal*". ----------

-------- Neste momento, abandonou os trabalhos, a Srª. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova do Alva. -

-------- A **Srª. Deputada Municipal Armanda Miranda,** saudou a elaboração deste plano de gestão de corrupção e das infracções conexas, mais pela necessidade que se sente actualmente de elencar a todos estes factores dos compromissos éticos, que fazem apelo aos princípios do serviço público da legalidade, da justiça, da imparcialidade, da igualdade, da proporcionalidade, da colaboração e boa fé, da informação e qualidade, da legalidade, integridade, competência e responsabilidade. ----------

----- Continuou, dizendo" *nós pertencemos a um Órgão colegial da administração local, da administração pública, também que já se rege por estes princípios desde sempre, portanto, o serviço público rege-se por estes princípios , mas sente-se agora a necessidade de relembrar e de pôr em letra de forma a relembrar e apresentar a cada um de nós, a cada um dos colaboradores e a cada um dos dirigentes, os princípios porque se deve reger o seu funcionamento* ".----------

----- Referiu ainda, saudar a Câmara, por ter elaborado e apresentado aqui hoje, até porque nos pontos anteriores , muitos destes princípios foram aqui hoje chamados à relação da colaboração, da legalidade, da proporcionalidade, quando se pede se exige aos cidadãos, o indispensável realização da actividade administrativa, da informação, da lealdade em que nós precisamos da informação leal, solidária e cooperante e foi hoje aqui pedida informação, para que sobre o ponto de vista da lealdade, nós podessemos decidir e sobre o ponto de vista da competência, da responsabilidade. ----------

----- Terminou, relembrando que todos nós estamos submetidos a estes princípios, nós também como membros da Assembleia e enquanto membros na nossa actividade profissional, mas enquanto membros da Assembleia Municipal, saudar o Executivo por ter elencado de forma tão célere. ----------

5 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da Actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos da alínea e) do nº 1 do art. 53º da lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações. ----------

--------Interveio o **Sr. Presidente da Câmara,** referindo este documento ter sido distribuído com devida antecedência, dispensando de fazer uma apresentação exaustiva sobre o documento, estando no entanto disponível para as questões que os Srs. Deputados queiram colocar e esclarecer qualquer questão que surja.

--------Não havendo intervenções requeridas e não havendo mais nenhum ponto da agenda, o Sr. **Presidente da Assembleia em exercício,** antes de dar por encerrados estes trabalhos, agradeceu em primeiro lugar às colaboradoras, às suas duas secretárias, que foram exemplares no exercício das suas funções, agradecendo-lhes a forma como a Assembleia decorreu. ----------

-------- Disse ainda" *foi para mim um enorme prazer, estar a exercer estas funções das quais me sinto muito honrado, espero que o Dr. Dias Ferreira melhore rapidamente e que não seja por esse motivo que eu volte a exercer estas funções* ". ----------

--------Dando os trabalhos por terminados, agradeceu a todos pela forma como o ajudaram a conduzir estes trabalhos, um muito obrigado, desejando a todos o resto de um bom dia. ----------

--------Sendo doze horas e quarenta e cinco minutos e não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente em exercício declarou encerrada a sessão, de que para constar se lavrou a presente acta, que eu _____, 1º Secretário redigi, subscrevi e também assino. ----------

ANEXOS

DECLARAÇÃO DE VOTO

"O documento que nos é presente, como afirmou em reunião de Câmara de 17/02/2010, o Vereador Rui Miguel Silva, "é um embuste político/financeiro, sustentado em considerações e parâmetros que escamoteiam a verdade e reflectem uma farsa, no que se refere ao descontrolo financeiro, especialmente, durante estes últimos dois anos, e que a manter-se, conduzirá ao descalabro, num futuro muito próximo".

1 – Enquadramento

No ano de 2006 o anterior executivo, sendo Presidente o Sr. Ricardo Pereira Alves e sendo responsável pela pasta financeira o Sr. Vereador Luís Paulo Costa, funções e lugares que detêm no actual executivo, promoveram a contracção de um empréstimo para saneamento financeiro, que foi aprovado, no valor de seis milhões de Euros, 6.000.000€

Lembramos que, o pedido deste empréstimo e sua aprovação, obrigatória, pelo Tribunal de Contas, garantia que, ao tempo, a situação financeira do município era aceitável e reunia as condições para que o mesmo fosse aprovado, e, pese embora e muito, ao PSD admitir, tal facto deveu-se, única e exclusivamente ao "mérito" do anterior executivo, 2002 a 2005.

No final do ano de 2005, com publicação da responsabilidade do actual executivo, a dívida total do Município de Arganil, era de 6.592.604€ (ver ponto 3.1), pelo que, o referido empréstimo, terá resolvido, praticamente, a globalidade do "deficit" financeiro, ficando com os encargos de **Serviço de Dívida,** até ao ano de 2018, conforme quadro anexo, extraído do documento justificativo, deste ponto da Ordem de Trabalhos, página nº 14 de 64.

Quadro IV

Plano de Amortização de Empréstimos a Médio e Longo Prazos

	Reembolso de Capital	Juros	Encargos Anuais	Variação Anual
2005	367.966,38	65.802,67	433.769,05	
2006	2.386.797,07	155.239,31	2.542.036,38	486,03%
2007	588.505,22	248.576,35	837.081,57	-67,07%
2008	577.306,08	259.045,90	836.351,98	-0,09%
2009	550.236,96	142.112,22	692.349,18	-17,22%
2010	532.155,31	49.224,98	581.380,29	-16,03%
2011	525.584,89	51.850,83	577.435,72	-0,68%
2012	521.752,04	66.565,52	588.317,56	1,88%
2013	521.752,04	61.367,02	583.119,06	-0,88%
2014	521.752,03	48.762,27	570.514,30	-2,16%
2015	511.780,38	36.176,93	547.957,31	-3,95%
2016	508.664,26	23.779,92	532.444,18	-2,83%
2017	508.664,29	11.416,55	520.080,84	-2,32%
2018	200.000,00	1.017,50	201.017,50	-61,35%

O actual executivo, ainda nem quatro anos passados, vem propor a contratação de um novo empréstimo de saneamento financeiro, no valor de 4.100.000€, depois de terem sido saldadas as dívidas em 2006, por empréstimo, e de ter feito gala, publicamente, que estava a cumprir com os pagamentos, em tempo oportuno, e a efectuar um controlo financeiro das contas públicas da Autarquia, dentro dos parâmetros do rigor e da transparência, como tal tivesse sido mérito seu.

2 – Valor do pedido de Empréstimo de 4.100.000€

O estudo de justificação do pedido de empréstimo para saneamento financeiro, baseia-se em dois pressupostos, que terão provocado o desequilíbrio financeiro do Município, para o qual é necessário o presente empréstimo, a saber:

A - Temporais que assolaram o Piódão em cuja DGAL e QCA III se comprometeram a financiar obras, páginas 7 e 8 de 64 e até hoje só foram recebidos 110.000€;

- Contrato programa pela DGAL, financiado em 50% do investimento global, 764.000€, ou seja, um co-financiamento de 382.000€.
- Uma candidatura ao QCA III, financiada em 65% do investimento global, no valor global de 1.100.000€ , ou seja, um co-financiamento de 717.000€.

O Sr. Presidente, Ricardo Pereira Alves, e o Sr. Vereador, Luís Paulo Costa sabem muito bem, ou deveriam saber, que as candidaturas ao QCA III, não recebem comparticipações enquanto o Programa não fechar, por imposição das regras gerais dos Fundos Comunitários.

Não nos foram presentes quaisquer documentos comprovativos do pagamento dos 1.100.000€.

Conclusão:

Destes dois investimentos o Município pode reclamar, caso tenha efectuado a totalidade das obras e enviado os respectivos pedidos de pagamento, o valor dos co-financiamentos aprovados e não liquidados, como sejam novecentos e oitenta e nove mil euros (382.000 + 717.000 – 110.000 = 989.000,00) e não de 2,2 milhões de euros, conforme se pretende demonstrar no relatório.

B – Ampliação da zona industrial da relvinha, cujas despesas foram referentes à aquisição de terrenos e construção de infra-estruturas.

A Pinewells tem uma área de 50.000m2. A Câmara comprou o terreno a 7€/m2 gastando portanto 350.000€, e vendeu a 3€/m2, recebendo portanto 150.000€. A diferença é de 200.000€. Como surge na justificação a verba de 780.000€?Onde foram gastos os 430.000€?

Esta justificação não tem qualquer cabimento, porque não constituiu uma despesa excepcional, pelo menos, da mesma natureza que a do Piódão, resultante de intempéries.

As Grandes Opções do Plano para o ano de 2009, realizado em finais de 2008, já previam uma verba de 500.000€, para aquisição de terrenos. Em termos de construção de infra-estruturas o investimento não foi assim tão relevante, porquanto o referido documento previa, simplesmente, um investimento de 15.000€.

Conclusão:

A justificação não satisfaz minimamente.

Assim sendo, num pedido de empréstimo de 4.100.000€ onde plausivelmente só se detectam justificados com substância, 989.000€, é seguramente insuficiente, constituindo, por isso, um embuste e uma farsa financeira.

Na página 41 de 64 é apresentado um estudo, simulação financeira, que condiciona o empréstimo em três anos de carência, só pagamento de juros, pagável em 12 anos e com liquidações em 10 meses por ano e taxas indexantes previsionais.

Se procedermos à colagem dos valores das prestações referentes ao empréstimo existente e o proposto, teremos as seguintes liquidações anuais

Anos	Valores das prestações Anuais de Liquidação dos Empréstimos em € (capital e juros)		
	Existente	Proposto	Global
2010	581.380,00	20.773,00	602.153,00
2011	577.435,00	49.856,00	627.291,00
2012	588.317,00	49.856,00	638.173,00
2013	583.119,00	276 987 ~~220.204,00~~	~~803.323,00~~ 860 106
2014	570.514,00	499 918 ~~387.402,00~~	~~957.916,00~~ 1 070 432
2015	547.957,00	494 378 ~~383.248,00~~	~~931.205,00~~ 1 042 335
2016	532.444,00	488 839 ~~379.093,00~~	~~911.537,00~~ 1 021 282
2017	520.080,00	483 299 ~~374.938,00~~	~~895.018,00~~ 1 003 379
2018	201.017,00	477 759 ~~370.783,00~~	~~571.800,00~~ 678 776
2019		472 220 ~~366.629,00~~	~~366.629,00~~ 472 220
2020		466 680 ~~362.474,00~~	~~362.474,00~~ 466 680
2021		461 141 ~~358.319,00~~	~~358.319,00~~ 461 141
2022		228 470 ~~354.165,00~~	~~354.165,00~~ 228 470
2023		350.010,00	350.010,00
2024		345.855,00	345.855,00
2025		205.727,00	205.727,00

A ser assim, verifica-se que o empréstimo proposto terá as maiores implicações financeiras a partir do ano de 2014 até ao ano de 2017, isto é, correspondente ao período do próximo mandato Autárquico, que sairá do acto eleitoral a realizar-se no final do ano de 2013.

Esta proposta é no mínimo absurda, desleal, irresponsável e condicionará o desenvolvimento e progresso futuro do Concelho.

Os dados comparativos de crescimento da dívida, no último ano, mais precisamente entre finais de 2008 e de 2009, dados publicitados pelo actual executivo, **apresenta uma taxa de crescimento em cerca de 58% ao ano,** com uma dívida apurada de 7.000.332€, que em bom rigor, se não tivessem sido recebidos um donativo da ENERNOVA no valor de 650.000€ e uma comparticipação pela instalação de um parque eólico no valor de 220.000€, o valor da dívida seria de 7.870.332€.

Como se já não bastasse a preocupante taxa de crescimento da dívida em 58% no último ano, que reproduz o total descontrolo financeiro das despesas e dos investimentos, **há a considerar ainda, as afectações naturais ao valor da dívida, que a muito curto prazo penalizarão drasticamente as contas do Município e que estamos em crer serem estas a razão do pânico que se está a apoderar do actual executivo**, as provenientes das adjudicações de uma obra no valor de 6.000.000€(antiga Cerâmica), faseada por três anos e uma outra no valor aproximado de 1.700.000€ (EB1 de Arganil), para o presente ano, bem como, a apresentação dos autos de despesa referentes à construção de pavimentos em estradas e arruamentos, abrangendo a quase totalidade do Concelho, trabalhos estes realizados nos últimos meses do ano de 2009, até Outubro passado.

3 – A Proposta de Pedido de Empréstimo traduz um acto de desespero:

As regras apregoadas por este executivo, de rigor e da transparência, são inconsequentes no próprio estudo apresentado, porquanto tenta baralhar inúmeros valores integrados em inúmeros quadros síntese, repetindo-os várias vezes e deles extrair a mesma explicação, repetidamente, como a querer segurar uma opinião de grande controlo financeiro, o que não é verdade.

Não são passados quatro anos e a situação é esta;

A evolução financeira, no último ano, não foi própria de trabalho de "economista" mas sim de "despesista", tendo resultado em total descalabro, chegando mesmo o estudo a referir " ***A autarquia não possui, actualmente, os meios financeiros necessários à regularização do actual desequilíbrio financeiro*** " , página 25 de 64.

4 – Considerações finais:

Constata-se que a Câmara, em termos financeiros, está hoje, bem pior do que estava em 2005.

Eis pois os motivos pelos quais votamos contra este empréstimo para Saneamento Financeiro.

Finalmente julgamos que este empréstimo nos parece **ilegal**, porquanto a Lei nº 42/1998, se nada diz , no seu Art. 25º, quanto ao nº de empréstimos ou sua limitação, a Lei nº 2/2007, que revoga a anterior, vem dizer muito especificamente no seu Art. 40º, alínea 4: - Os órgãos executivos, durante o período de empréstimo, ficam obrigados a:

a) ....

b) Não celebrar novos empréstimos de saneamento financeiros

Os Deputados Eleitos na Lista "POR AQRGANIL, CONCELHO COM FUTURO"

Sandra Margarida Pechoso Dias

João António Alvarino Duarte

Pessoalmente faremos chegar esta Declaração de Voto ao Tribunal de Contas.